

22. Que, para desempenho das funções de direção ou orientação dos serviços de estatística, seja dada preferência a técnicos com a conveniente base matemática.

23. Que, em complemento às investigações de finalidade estatística, e como realização correlata, seja promovida a organização de um registro cadastral, mediante os convenientes trabalhos de prospecção e avaliação dos recursos do Brasil em potencial hidráulico e em matérias primas de origem extrativa, vegetal e mineral, contendo, em relação às respectivas ocorrências, os elementos informativos e descritivos essenciais à apreciação das condições de acesso e do valor econômico de cada uma delas.

24. Que, entre outros, sejam objeto de consideração, pelos órgãos competentes, o arrolamento cadastral, dos recursos naturais suscetíveis de imediata exploração, e o levantamento de estatísticas básicas da produção, sob todos os seus aspectos: do consumo, incluindo custo de vida e preços, do comércio local, interestadual e exterior, da tributação, renda nacional e balança de pagamentos internacionais.

25. Que seja estabelecido um regime de consulta entre os órgãos componentes do sistema estatístico oficial e os representantes autorizados das classes produtoras, no que concerne a planificação e execução de cadastros e inquéritos estatísticos.

26. Que, no regime de assistência recíproca assim estabelecido, as finalidades fiscal e estatística sejam atendidas por forma a não invalidar, em hipótese alguma, o caráter confidencial das declarações prestadas para fins de tabulação numérica.

27. Que, tendo em vista os subsídios da estatística internacional necessários à planificação geral do País, continue o Governo Brasileiro, a prestar seu inteiro apoio às iniciativas de âmbito continental ou intercontinental, orientadas no sentido de assegurar a comparabilidade de resultados tabulados em diferentes Países.

28. Que as organizações privadas adaptem, proporcionem o máximo de colaboração às entidades oficiais em matéria de prestação de informes destinados a cadastros e inquéritos da estatística permanente.

29. Que as organizações provadas adaptem, para esse fim, seus registros contábeis e administrativos às inda-

gações dos inquéritos de que sejam informantes originários, de modo a poderem fornecer, com exatidão e presteza, as declarações que lhes forem solicitadas.

30. Que os departamentos ou seções estatísticas de função definida e permanente nas organizações privadas se filiem, para o coordenação técnica de suas atividades, ao sistema dos serviços estatísticos oficiais, nos termos da legislação que reger a matéria.

31. Que considere de importância relevante a representação cartográfica do país.

32. Que, utilizando organismos oficiais existentes e ampliando-os, seja confiado a um órgão central diretor e executor todo o trabalho atinente à representação cartográfica do país, tomando como exemplo, dentro das nossas possibilidades, o "United States Coats and Geodetic Survey".

33. Que, entretanto, como medida de caráter urgente, sejam concedidas a órgão já existente e considerado adequado, atribuições legais, e elementos (materiais e pessoal), para a rápida obtenção de uma pré-carta, na escala de

1	1
500.000	200.000

numa 1.^a etapa, e na de _____ em

— Que se promovam com urgência os estudos e projetos da rede geodésica do país, para a escola e indicação do "datum" central a ser pleiteado como "datum" continental, na conformidade do item 25 das conclusões da II Reunião Panamericana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

34. Que se estabeleça um sistema de institutos de pesquisas, localizados nos vários centros regionais do país, tendo em vista favorecer o levantamento da estrutura dos seus recursos, na variedade das condições regionais, e a adaptação ou criação da tecnologia adequada ao seu melhor aproveitamento.

35. Que a educação geral, desde a primária, seja orientada no sentido de criar hábitos desses trabalhos, e uma mentalidade industrial, formada na consciência dos problemas do progresso econômico e social do nosso povo".

Serviços médicos e organização científica

No momento da inauguração oficial da turma de assistência médica do D.A.S.P., ocorrida em Junho do corrente, o Dr. José Palmério, um dos organizadores do serviço, teve oportunidade de pronunciar o presente discurso, que, por encerrar valiosas considerações a respeito da matéria, passamos a transcrever na íntegra:

"Ao celebrarmos modestamente e na intimidade a fundação deste pequeno serviço — "celebrar", parece o

têrmo adequado — pois que, na realidade, não o estamos inaugurando, já que funciona, há seis meses — julguei não ser de todo descabido, na qualidade de médico há muito tempo afeito ao estudo do gênero de serviços que aqui nos foi confiado — trazer sobre o assunto algumas considerações, dignas, talvez de serem examinadas pelos amáveis ouvintes, entre os quais se encontram dirigentes e dirigidos.

Precisamente, entre uns e outros situa-se o clínico, servindo de mediador entre aqueles que acima de quaisquer considerações pessoais se vêm obrigados, por dever

de ofício, a colocar o interesse dos serviços a seu cargo, e os que são forçados, uma ou outra vez, cedendo ante os imperativos da inexorável condição humana, a falhas e impedimentos que perturbam o serviço.

Os médicos, pela consciência que cedo adquirem da importância do respeito às leis e seu regulamentos, para o bom funcionamento da maquinaria social, sabem que, perecendo a produção, decaindo a disciplina e o moral do serviço, ruem, inevitavelmente, os alicerces econômico-sociais em que se assenta a saúde de que são os vigilantes e responsáveis; sabem, também, que o trabalho mal organizado, é fonte de doenças e aflições, redundando, pois, numa atividade inútil ou contra-producente; sabem, finalmente, que os indivíduos, quando se encontram em certos estados fisiológicos ou psicológicos, até agora inevitáveis no curso da existência, mantidos em serviço, podem exercer uma influência negativa, portanto, indesejável.

Des'tarte, acabam formando uma consciência profissional e social bem esclarecida, graças à apreciação simultânea e equilibrada das duas mais importantes faces opostas dos problemas do trabalho; a do serviço, de um lado, e a do servidor de outro, sentem-se tão à vontade ao defender o serviço contra o servidor ineficiente, como no de defender o servidor contra o serviço inadequado. E, também, são levados a tentar humanizar o trabalho, dar flexibilidade aos regulamentos e maior compreensão humana aos seus executores ou dirigentes.

Nessa posição, às vezes delicada e quase sempre ingrata, encontram-se, principalmente, aqueles que opinam sobre pedidos de licenças, mudanças de trabalho ou de horários, antecipação de férias, de justificação de faltas, concessão de empréstimos, pedidos de aposentadoria, etc.

O atestado médico é, como se sabe, desde longos anos, em tôda a parte, a porta aberta, a táboa de salvação dos servidores, a válvula por onde muitos procuram escapar a certas desagradáveis ou antipáticas compreensões regulamentares.

Falta ao juri?... um atestado médico! Precizou assistir um casamento? um atestado médico! Perdeu o trem?... um atestado médico! Quer fazer uma mudança? (isso no tempo em que se fazia mudança...) atestado médico! Os exemplos nos levariam longe!

Não podemos negar, pois, não hajam os médicos, de quando em vez, exercido uma influência perturbadora na administração. Por isso mesmo, na verdade, somos mais queridos e lisonjeados que administrativa ou juridicamente bem *conceituados*. E assim, se fisicamente a nossa profissão não deixa de ser algo perigosa — lidando com micróbios, venenos e toxinas — administrativamente o é também. Brincando com a mentira indulgente e humaníssima, brincamos com a indisciplina, o relaxamento e marginamos a fronteira da corrupção funcional.

Hão de compreender nossos ouvintes porque muitos médicos se interessam pelas Ciências Econômicas, pela Sociologia, pela Política e pela Administração.

Já dizia Sêneca que a Medicina e a Moral repousam sobre uma base comum, que é o conhecimento físico da natureza humana, ao que se pode acrescentar hoje que

também repousam sobre o conhecimento físico da natureza humana: a organização do trabalho, a administração e a política. É-nos agradável a propósito, repetir o luminoso conceito de Herman Finer: "governo é o sistema completo de descobrir e converter necessidades humanas em humanas satisfações". No contato diário com o que a vida tem de mais íntimo mas não menos essencial e efetivo, o médico é, naturalmente, levado a tentar converter essas necessidades em satisfações, e, assim, insensivelmente, aos poucos, vai passando da clínica propriamente dita, para a educação e para a higiene, para o estudo das condições alimentares e de habitação, de onde passa logicamente para o campo da economia e da produção, base do conforto e da saúde. A economia nos leva à sociologia e à política; a política nos conduz ao governo e à administração e, nesta, descendo às minúcias, vemo-nos às voltas com as leis, os estatutos, os regulamentos, que naturalmente desejamos então tornar humanos, flexíveis, compreensivos, e que, afinal, talvez por justo prêmio, também, poderão libertar-nos da função *humana*, sentimental, mas irregular, de ter que reparar ou atenuar defeitos de organização ou de leis com autênticas "mentiras" e falsas juras, mesmo quando ditas sob a proteção do latim, como no célebre e desacreditado "in fide gradus mei".

Mas é preciso que se diga que não é só isso e a justiça deve começar de casa. Temos que ouvir com paciência, já que estamos no latim, a célebre apóstrofe: "Medice, cura te ipsum"!

Pois se é bem certo que as falhas da organização do trabalho, as imperfeições dos regulamentos, as lacunas das atuais instituições de previdência e de assistência social — colocam os médicos na situação de ajeitadores de casos difíceis embora às vezes justos, à custa do infalível atestado gracioso, também é certo que nosso ofício não está isento de grandes falhas, nem nós, seus praticantes, imunes a grandes erros: erros de organização, erros de técnica e erros de conduta profissional.

Nesta casa, uma das ainda raras em que se cultiva a ciência da administração e organização do trabalho, creio que desembaraçadamente se poderá trazer (seja no sentido acadêmico da palavras (*discorrer*), ou no sentido médico (curar, corrigir) da reorganização indispensável da profissão médica.

Medicina bem organizada implica em equipes e equipamentos, material e pessoal, no caso, vultosos e a reclamar, por sua vez, clientela com o mínimo de concentração que justifique sua existência e a manutenção.

Essas condições só serão definitivamente obtidas quando, após os indispensáveis estudos e experiências, paciente e meticulosamente conduzidos, montarmos serviços médicos racionais sem a estreita limitação imposta pelos diferentes grupos profissionais ou departamentos de administração. Chama-se isto a unificação, centralização, racionalização, socialização, segundo o prisma por que fôr vista a mesma e única coisa, é, contudo, muito importante que ela, em hipótese alguma, continue dando lugar à idéia de futuros blocos únicos ou "centrais" médicas gigantes, complicadas e burocráticas, com os doentes, deprimidos e angustiados fazendo filas em espirais, pelas esca-

das, corredores, pátios, atordoados pelo tilintar de campainhas, vozerio de alto-falantes, amontoadas em imensas enfermarias ou remetidos a oficinas cirúrgicas abarrotadas de mesas, e aparelhos operando em cadeia contínua...

A racionalização dos serviços médicos foge tanto da dispersão dos consultóriozinhos privados — montados anárquicamente nas povoações ao sabor do acaso ou ao livre jôgo das competições individualistas do médico artesão ou funcionário de "cargo isolado", como também da superconcentração industrial desumana das grandes usinas e cidades, esta mesmo já condenada, hoje, na própria indústria e no urbanismo. Não cabe, pois, à ciência da organização a culpa de uma suposta e mal imaginada Medicina constituída de grandes "curadouros", burocratizada e "desumanizada".

Nada disso. As unidades terão o porte ditado pelos "optima" de atendimento, de instalação, de staff, de clientela e, no seu conjunto, tratar-se-á mais de uma rede de serviços, um encadeamento funcional, do que uma fusão inorgânica, um simples conglomerado.

Por mais fascinante que fôsse ocuparmo-nos aqui da matéria — detalhes de organização interna dos diferentes estabelecimentos médicos conjugados numa cadeia única e, conseqüentemente das implicações de reestruturação de todos os atuais Serviços do País (civis, militares e paraestatais, etc.) — obra cujos estudos já se processem em vários países e dos quais, entre nós, já vêm participando, mesmo alguns dignos servidores do D.A.S.P., junto ao Instituto de Serviço Social do Brasil, é-nos impossível fazê-lo nos breves minutos que tomamos a vossa atenção, mas ao menos fica feita a conveniente ressalva de que como cultores da ciência administrativa não alimentamos a ilusão ou a veleidade de ser este novo setor do D.A.S.P. algo que mereça ou pretenda o nome de um serviço médico completo, a ficar isolado e autárquico tecnicamente.

Aqui estamos mais como consultores, "peritos", e pesquisadores médico-sociais, ora para auscultar e orientar os servidores nos assuntos atinentes à sua saúde, auxiliando os que adoecem e falicitando o seu tratamento; ora, para prestar à Administração os informes e esclarecimentos de natureza especificamente médica de que ela a todo instante carece para resolver múltiplas questões de pessoal, seja por expressa determinação da lei, seja por implícitos deveres funcionais — do que mesmo para exercer a medicina ou clínica em sua acepção cabal. Ainda assim, com as limitações aqui referidas, parece oportuno acentuar que não encontramos aparelhados como seria de desejar, pois resta sem solução definitiva o problema das visitas domiciliares, um misto de assistência e de inspeção, e para o qual havemos de carecer de alguns assistentes sociais (de ambos os sexos e não forçosamente médicos — seja dito de passagem) capazes não só de levar uma palavra amável, ou o que será ainda melhor, um auxílio concreto, ao servidor que ficou em casa sob alegação de doença, como ainda, delicadamente, de olho vivo, prescrutar a eventualidade dos exageros de "resguardo" ou possíveis abusos.

Parece-me oportuno acentuar no momento que, do ponto de vista de organização, esse serviço domiciliar, dentre os demais tipos de assistência médico-social (hospita-

lização, fornecimento de medicamentos, etc., etc.) é o primeiro a requerer também uma unificação, ou de outro modo dita, uma integração de todos os pequenos e "particulares" serviços congêneres em um serviço único, especializado, de âmbito populacional ou territorial, compreendendo postos ou agências distribuídas por zonas, residência ou locais de trabalho, de modo a não continuarem restritos apenas a grupos profissionais mais ou menos isolados, e, do ponto de vista clínico, delimitados artificialmente. No caso de visita médica para assistência e controle administrativo, salta então aos olhos de todos, as vantagens de um serviço único, constituído por unidades médicas distribuídas racionalmente e conjugadas com os sistemas de comunicações e transportes, também unificados, de modo a assegurar e conciliar a máxima prestesa de chamados, de atendimentos, com a indispensável economia de material, de pessoal, etc.

A visita médica só para efeito de simples inspeção e controle é relativamente muito dispendiosa, pouco valendo, ademais, para evitar certos tipos de simulação assás frequentes; e, tanto para quem a recebe como para quem a realiza é também vexatória e constitui fonte de frequentes atritos e incompreensões.

Por outro lado, visitar os doentes, mesmo para fins de tratamento sem dar-lhes os remédios e as demais formas de assistência material e moral de que carecem, resulta pouco útil, na maioria dos casos.

Tudo nos leva, pois, como médicos, clínicos, organizadores ou administradores, a defender no nosso país a ampliação dos benefícios médicos e dos seguros sociais, mas sem prejuízo de sua limitação, no máximo a dois grandes Serviços Nacionais bem entrosados: um médico, propriamente dito, para o cuidado dos doentes e o outro, de Previdência ou Seguro Social para atender, aos casos de auxílios financeiros, (aposentadoria, pensões, etc.) de modo a que, sem hipertrofias burocráticas — é claro — mas igualmente evitando as lacunas, superposições e antagonismos existente nas centenas de desconexas, incompletas e mais ou menos autárquicas redes nacionais, federais, municipais e privadas de assistência ou previdência (Caixas, Institutos, "Ordens" etc.) atingir-se, cabalmente os seus objetivos o que, na forma atual, isoladas, fragmentárias e concorrentes, jamais o conseguirão.

Esquecidos e afastados que fôssem os imperativos técnicos, da economia, de organização, ou outros, e encarada a matéria só do ponto de vista estritamente profissional, ainda assim seria do nosso interesse como médicos, essa unificação que implica em quadros maiores, carreiras de acesso mais rápido, especialização mais rigorosa, distribuição de trabalho mais cômoda, maior mobilidade ocupacional e muitas outras não menos justas vantagens que aqui não é preciso mencionar.

Entretanto, acredito que mesmo nas condições atuais, nos seis meses que decorreram de nossa atividade, algo de apreciável já foi feito no nosso Serviço, não só em prestações imediatas, como em pesquisas e estudos interessantes, não apenas médicos propriamente ditos, mas também administrativos, a serem, oportunamente, aproveitados ao

se racionalizarem, de uma vez, os serviços médico-sociais do país.

Tais estudos estão destinados a desempenhar um papel muito importante a partir dos dias que correm. Em Fayol, Taylor e seus discípulos, cada um de seu lado, sob pontos de vista diversos, mas não antagônicos, precisam, como em Hipócrates, Claude Bernard, Pasteur e tantos outros, se inspirarem e orientarem, também, as novas gerações de médicos, sem o que os frutos da ciência deixarão de ser devidamente aproveitados pela sociedade.

A empresa, o trabalho médico ainda não foram suficientemente racionalizados, a Administração Médica se mostra anacrônica e retardatária. Atualizá-la é a tarefa básica, preliminar, para a organização dos modernos Serviços de Assistência, de que tanto se cogita extensiva e intensivamente no mundo inteiro.

Para fazê-lo teremos não só que experimentar, investigar pacientemente, como ainda e, sobretudo, colher o que esparsamente já existe, já foi feito, experimentado pelos nossos colegas, aproveitando a oportuna lição de modestia do velho Teodoro Roosevelt quando disse:

“a não ser que nos utilizemos da experiência dos outros, também passaremos tôda a vida adquirindo a sabedoria que chegará demasiado tarde para ser utilizada”.

Lembremos sempre essa salutar advertência, pois tanto a aplicação simplista de preceitos abstratos, colhidos apressadamente em manuais de administração e organização, por indivíduos cujas inegáveis boas intenções os levam a receber, embora imprôpriamente os epítetos irônicos de

“teóricos” ou de “idealistas”, como a improvisação ingênua e empírica dos administradores de feitio oposto (e aos quais se dá, também imprôpriamente, o nome de “práticos”) são grandes responsáveis pela real precariedade administrativa dos nossos serviços médicos, que por isso mesmo não lograram conceituar-se perante o público, o qual, se entristece ou apavora, à idéia que a todos se afigura inevitável de uma burocratização crescente da medicina.

O que não dá resultado na prática nunca foi verdadeira e sim pretensa; por outro lado não há boa prática que não se enquadre numa autêntica teoria.

Será, pois, de grande mérito o que se fizer a fim de reabilitar a verdadeira organização científica no campo das atividades médicas e apagar os preconceitos daqueles que confundem a imaginação dos improvisadores com teorias ou que atribuem a estas o que apenas são falhas ou erros dos homens nas tentativas desastradas de aplicação dos verdadeiros métodos científicos.

Cabe-nos, agora, e, finalmente, agradecer o inteligente apoio que nos tem prestado o Senhor Diretor-Geral e o inexcedível carinho para com o Serviço por parte do Diretor do S. A. e dos solícitos chefes da seção.

De nossa parte, isto é, minha e do distinto colega de trabalho, temos ainda a agradecer e pedir que continui a colaboração prestimosa e inteligente dos nossos esplêndidos auxiliares — e a dos próprios “clientes” a que vimos atendendo e que, com a compreensão das dificuldades inerentes às nossas funções, têm sabido, na sua grande maioria, corresponder ao que melhor poderíamos esperar de sua lealdade e delicadeza”.